

CONFIGURAÇÃO URBANA DA VILA DE ITU NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO AÇUCAREIRA

URBAN SETTING OF THE ITU VILLAGE IN THE CONTEXT OF SUGAR PRODUCTION

AMBIENTE URBANO DE LA VILLA DE ITU EN EL CONTEXTO DE LA PRODUCCIÓN DE AZÚCAR

1º AUTOR

SAMPAIO, Iara Fioravanti; Arquiteta e Urbanista pela PUC Campinas, Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da PUC Campinas, bolsista CAPES, Campinas, São Paulo, Brasil. iara.fioravanti.sampaio@gmail.com.

2º AUTOR

SALGADO, Ivone; Arquiteta e Urbanista pela Universidade de São Paulo; Doutora em Urbanismo pelo Institut d'Urbanisme de Paris - Université de Paris XII; Professora Titular da PUC-Campinas junto ao POSURB e à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Campinas, São Paulo, Brasil. salgadoivone@puc-campinas.com.br.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar a configuração urbana da vila de Itu na passagem do século XVIII para o XIX, através do estudo da dinâmica populacional da vila, procurando evidenciar o crescimento do núcleo urbano. O método de análise adotado parte da base documental do Arquivo Público do Estado de São Paulo, os Maços de População, que a partir do governo do Morgado de Mateus da capitania de São Paulo (1765-1775), são elaborados no contexto de adoção de uma política de povoamento para a capitania. Para esta análise foram escolhidos os Maços de População de 1796, 1807, 1818 e 1830.

Palavras-chave: população urbana; configuração urbana; Itu.

ABSTRACT

This article intends to analyze the urban setting of Itu's village through the eighteenth century to the nineteenth, based on the study of population dynamics of the village, evidenced in the growth of the urban area. The analysis method is based on documents founded in the Public Archives of São Paulo, "Maços de População" (population census data), that since the government Morgado de Mateus of São Paulo's captaincy (1765-1775), were elaborated in the context of adoption of a political settlement for the captaincy. For this analysis were chosen the population census of 1796, 1807, 1818 and 1830.

Key-words: urban population; urban setting; Itu.

RESUMEN

Este artículo objetiva analizar el diseño urbano de la villa de Itu, en el paso del siglo XVIII al XIX, a través del estudio de la dinámica de la población, evidenciado en el crecimiento del núcleo urbano de la villa. El método de análisis adoptado parte de la evidencia documental del Archivos Públicos del Estado de São Paulo, "Maços de População" (datos de población del censo), que desde el gobierno Morgado de Mateus de la capitania de São Paulo (1765-1775), se desarrolló en el contexto de la adopción de una política de población para la capitania. Elegidos para este análisis fueron los datos de población del censo de 1796, 1807, 1818 y 1830.

Palabras clave: población urbana; entorno urbano; Itu.

CONFIGURAÇÃO URBANA DA VILA DE ITU NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO AÇUCAREIRA

INTRODUÇÃO

O início da formação do primeiro oeste Paulista se deu a partir do desmembramento dos territórios da vila de Santana do Parnaíba e da cidade de São Paulo, através da fundação das vilas de Itu (1654), Sorocaba (1661) e Jundiaí (1667). Segundo Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, trinta e quatro núcleos foram elevados à categoria de vila entre 1532 e 1822, no atual território do estado de São Paulo. Entre eles a Vila de Nossa Senhora da Candelária de Outu-Guaçu, atual município de Itu (BUENO, 2009, p. 259).

Os vestígios do seu processo constitutivo, no que se refere à formação de um incipiente urbano (1610), que se torna freguesia (1653), posteriormente elevada à vila (1657), e de vila passando à condição de cidade (1842), evidenciam marcos da formação de uma rede urbana que perpassa a historiografia da Capitania de São Paulo desde o primeiro ciclo de mineração no Brasil, o da Repartição Sul, de 1593 (ou antes) a 1697 (REIS FILHO, 2013, p.29) até 1850, quando se completa um ciclo em que a economia e a sociedade de Itu basearam-se nos negócios da cana e no comércio do açúcar, ciclo este que havia se iniciado em 1750. A medida que a vila de Itu perdia parte de seu “termo” iam se configurando novas vilas em todo o oeste e sul de São Paulo, com a vila de Itu sendo palco de intenso processo de mudança de fronteiras. Desde a criação da vila de Itu em 1654 até 1850 o seu termo perdeu território para a formação das vilas de Porto Feliz (1797), Piracicaba (1822), Cabreúva (1830), Indaiatuba (1830); municípios estes que originaram outros municípios posteriormente: Capivari (1832), Araraquara (1833), Limeira (1842), Rio Claro (1842), Brotas (1859), Pirassununga (1865), Tietê (1867), Santa Bárbara do Oeste (1869), Araras (1871), São Pedro (1881), Rio das Pedras (1894), Leme (1895), Analândia (1897), Santa Cruz da Conceição (1898) Boituva (1937), Cerquilha (1948), Iperó (1964); e

ainda Monte-mor (1871) e Salto (1889) que se desmembraram diretamente de Itu (SAMPAIO, 2015, p.31).

A formação de uma rede urbana no vasto território de São Paulo no século XVII foi marcada pela ligação entre Itu, Sorocaba, Jundiá e Santana do Parnaíba, inclusive através de laços sanguíneos. De acordo com Goulart Reis, uma única família, a família de Manuel Fernandes e Suzana Dias era possuidora de extensa área de sesmaria da Vila de Santana do Parnaíba já em 1610 e, posteriormente serão Domingos Fernandes, Baltazar Fernandes e André Fernandes os doadores das terras para a fundação das vilas de Itu, Sorocaba e Jundiá, respectivamente (REIS FILHO, 2013, p.79).

Segundo o mesmo autor, tal expansão ocorreu devido ao descobrimento do minério do ouro em pequenas catas a beira dos córregos cuja exploração, diferentemente da produção monocultora do nordeste, acontecia em pequena escala num sistema de trabalho que contava com a cooperação indígena, tanto para o deslocamento no território, quanto para alimentação e adaptação (REIS FILHO, 2013, p.154).

De acordo com Francisco Nardy, os Fernandes são reconhecidos na história da genealogia das famílias paulistas com o título de “Povoadores”. Ainda, esclarece o mesmo, foi Manuel Fernandes um dos grandes chefes da bandeira organizada em 1585 por Jeronimo Leitão, capitão-mor da Capitania de São Vicente. Assim, de seu casamento com Suzana Dias, teve Manuel Fernandes os seguintes filhos: André Fernandes (fundador da povoação de Santana do Parnaíba e Jundiá), Balthazar Fernandes (fundador da povoação de Sorocaba), Domingos Fernandes (fundador da povoação de Itu), Pedro Fernandes, Custódia Dias, Benta Dias e Ângela Fernandes (NARDY, 2000, p. 38).

Quanto à formação histórica do núcleo urbano da vila de Itu, esta é representativa do processo descrito por Murilo Marx sobre as cidades no Brasil Colônia; quando as primeiras capelas eram construídas em terras doadas por sesmeiros para a formação de um patrimônio religioso, posteriormente podendo ser elevada a freguesia e, finalmente à condição de vila (MARX, 1981, p. 89).

A formação de Itu inicia-se em 1610, data na qual há a doação do patrimônio religioso para a construção de uma capela em território pertencente a vila de Santana de Parnaíba; em

terras doadas pelo Capitão Domingos Fernandes. Em 1644 esta capela seria elevada à condição de capela curada; e em 1653 foi torna-se freguesia (IANNI, 1988, p. 54).

A freguesia foi elevada à condição de vila de Itu pelo Capitão-mor Gonçalo Couraça de Mesquita no dia 18 de abril de 1657; posteriormente foi elevada à cidade por lei provincial de 5 de fevereiro de 1842.

Quando a vila de Itu foi efetivamente fundada em 1657, a atividade produtora que ainda a regia era a economia aurífera que permitia a mobilidade e era instável. Ou seja, a exploração do ouro não tinha como base uma propriedade rural fixa, dificultando a fixação no território, pois a extração não era feita em áreas permanentes ou de exploração exclusiva (MOREIRA, 2012, p. 80).

No período em análise, entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, a vila de Itu e sua região apresentam rápida expansão da lavoura canavieira. Com a restauração e autonomia administrativa da capitania, a partir da gestão do governador D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, (1765-1775), há a adoção de uma política de povoamento da capitania, impulsionada pela cana-de-açúcar. Esta política consistia em estabelecer novas povoações e fazer lavouras ao redor, o que permitiu o surgimento dos engenhos de açúcar; logo as cartas de doação autorizavam os donatários a repartir as terras de sesmaria a “qualquer pessoa de qualidade e condição”, sem pagamento de foro ou dízimo (MOURA FILHA, 2010, p. 24).

Desta forma, a produção de excedentes no campo permitiu a transferência de atividades não agrícolas para a área urbana, sendo estas ainda dependentes da produção agrícola e muitas vezes realizadas pela própria família, processo este já esclarecido por Ruy Moreira:

Tendo por premissa que a produção de excedentes é uma pré-condição ao desenvolvimento do capitalismo, coloca neste fato um papel de suma importância. Isto porque o surgimento de uma produção de excedentes permite ao setor agrícola liberar mais mão-de-obra, que flui para os centros urbanos onde formará abundantemente oferta de força de trabalho, bem como renda (MOREIRA, 2012, p. 30).

No intuito de analisar esta configuração urbana e a estrutura social da vila de Itu na passagem do século XVIII para o século XIX, recorreremos a uma fonte documental primária, os Maços de População, com análise das séries de 1796, 1807, 1818 e 1830. Os Maços de

População são documentos censitários produzidos entre os anos de 1765 a 1850 sobre as vilas da capitania, depois província, de São Paulo. Vale destacar que o período inicial de elaboração dos Maços de População corresponde ao início do Governador D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, (1765-1775).

A confecção destas listas nominativas nos traz a quantidade de fogos existentes na vila, assim como o nome dos moradores: nomes do chefe de família e sua esposa, geralmente os nomes acompanhados dos sobrenomes com indicação da patente militar do chefe de família, e idade de ambos; filhos, apenas primeiro nome e idade; agregados, às vezes nome completo e idade; e escravos, apenas quantidade total em alguns casos, em outros os nomes, sem sobrenome. A listagem era elaborada de acordo com as esquadras militares da qual faziam parte cada morador e dividida em bairros e, muitas vezes, para o caso de Itu, organizadas por rua. (Tabela 1)

Com a análise destes documentos censitários foi possível identificar a quantidade de “fogos”, casas, existentes na vila, a quantidade de habitantes e aspectos de sua vida social.

1. ITU NO PERÍODO DAS BANDEIRAS E MONÇÕES (1610 A 1750)

Tabela 1 - Formato de organização do levantamento demográfico de Itu de 1796

Fogo	Família	N° Filhos	N° Agregados	N° Escravos	TOTAL DE PESSOAS
1	Capitão Mor Vicente da Costa Dona Habrandina e Mello Rego	6	2	51	61

Tabela1: Formato de organização do levantamento demográfico de Itu de 1796, onde são assinalados para cada fogo (lar) os seus habitantes. Fonte: Maços de População de Itu

Segundo Octavio Ianni, durante os anos de 1610-1750 Itu foi “um ponto de apoio e ligação na vasta rede de comunicações organizada para a preação dos índios, a busca do ouro, a cata das pedras preciosas e o abastecimento dos núcleos de mineração”; um ponto de apoio e ligação entre sítios, arraiais, freguesias, povoados, vilas e cidades que, através do movimento bandeirista e das monções, se articulavam no território por uma vasta rede de rios, trilhas e caminhos, num processo de expansão e povoamento do planalto paulista, das regiões de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e o sul da Capitania (IANNI, 1988, p. 17).

Em Itu, ao lado das atividades econômicas ligadas às bandeiras e às monções, desenvolveu-se uma economia voltada para a subsistência de famílias e bairros rurais, apoiadas em suas roças e criações. Para Antônio Cândido, “foi o povoamento disperso que favoreceu a manutenção de uma economia de subsistência, constituída dos elementos sumários e rústicos próprios do seminomadismo” (CANDIDO, 1964, p. 27).

Nesse sistema seminômade de exploração em busca do ouro os paulistas adentravam os sertões. Muitos eram os locais de pousos e paradas, o porto da vila de Itu era um deles, local de onde partiam também as expedições monçônicas. Este porto foi elevado à freguesia de Ararituaba em 1728. De acordo com Nestor Goulart, o percurso de São Paulo à Santana do Parnaíba seguia pelo curso do Rio Tietê, porém em Santana do Parnaíba tornava-se necessário abrir o caminho por terra, contornando então o trecho mais acidentado do Tietê, até chegar a Ararituaba (REIS FILHO, 2013, p. 46).

O mapeamento de Francisco Tosi, que se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, permite visualizar este caminho citado por Nestor Goulart ao longo do Rio Tietê, partindo de São Paulo, passando por Itu e seguindo rumo ao oeste paulista, assim como a rota entre Itu e Sorocaba. (Figura 1)

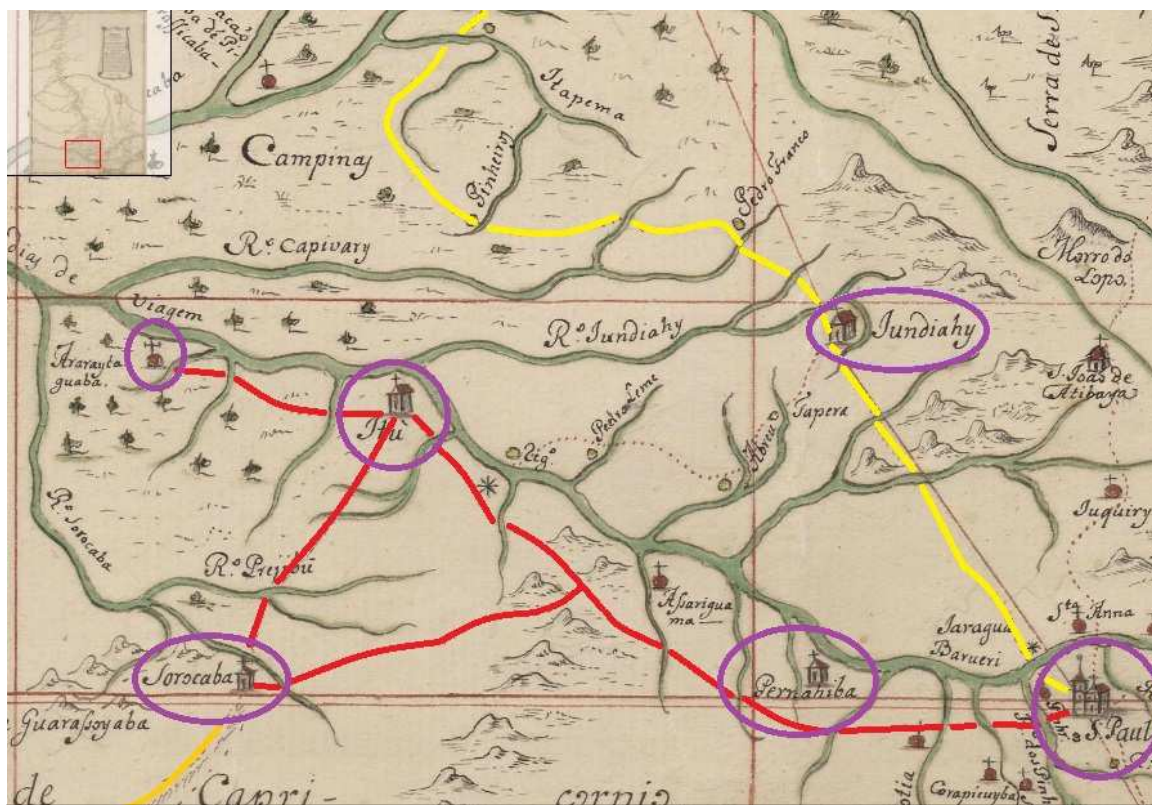


Figura 1: Detalhe do mapa de FRANCISCO TOSI COLOMBINA, *Mapa da capitania de S. Paulo e seu sertão*, em que se vem os descobertos, que lhe foraõ tomados das Minas Geraes, como também o caminho de goyazes, com todos os seus pouzos, e passagens, séc. XVIII; nele ressaltamos o caminho velho para Goiás (amarelo); a ligação direta de Itu a Sorocaba, assim como o caminho até São Paulo (vermelho) e a rota dos tropeiros para o sul (laranja). FONTE: Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Com a descoberta do ouro em Cuiabá, em 1719, acentuou-se o movimento monçônico de deslocamento pelo Rio Tietê, contribuindo para a construção da primeira Capela de Nossa Senhora da Penha de Ararituaba, elevada a Freguesia de Ararituaba da Vila de Itu em 1728.

Para Octavio Ianni, a sociedade que se formou em Itu, e no planalto paulista, neste período, apoiada em técnicas indígenas, rústicas, nômade e num bilinguismo, pode ser identificada numa “cultura caipira”. Entretanto, o mesmo autor destaca que, nem tudo era rústico, caipira, provisório ou seminômade e pouco a pouco surgia uma cultura

“aristocrática” onde “o poder religioso, o poder econômico e o poder político emergentes começaram a assinalar posições e lugares” (IANNI, 1988, p. 22).

A ascensão de algumas famílias mais prósperas e poderosas nos negócios das monções ou das fainas da terra começou a mudar a fisionomia da vila de Itu, no final do século XVII e começo do século XVIII, marcando a consolidação do seu núcleo urbano com construções religiosas.

A primeira capela foi erigida em 1610 em terras doadas por Domingos Fernandes em sua própria sesmaria, até então território pertencente a Santana do Parnaíba. Em 1654, quando a capela é elevada a freguesia esta construção abriga a Igreja do Bom Jesus. Em 1657, quando a freguesia é elevada a vila esta passa à condição de Matriz do Bom Jesus.

Entre 1657 e 1780, a Matriz de Itu é abrigada no Bom Jesus. Quando em 1780 a nova edificação da Candelária fica pronta esta passa a se chamar Matriz e a antiga Matriz passa a se denominar Igreja do Bom Jesus.

A configuração espacial de Itu revela como Portugal conservava em sua forma de fundar cidades, aspectos funcionais e estéticos imbuídos do símbolo de concentração do poder real. Estes se revelavam em espaços públicos pontuais das cidades, como é o caso das praças na área central da malha urbana e a presença de edifícios estruturantes como as casas de câmara e cadeia e as igrejas matrizes.

No caso de Itu, ao se tornar vila, em 1657, contou com a instalação da Casa de Câmara em um pequeno sobrado localizado no atual largo do Bom Jesus, onde se encontravam a Matriz do Bom Jesus, o açougue e o mercado.

No processo de formação da vila de Itu, destaca-se também a presença de duas ordens religiosas. Primeiramente, com a vinda dos franciscanos, especificamente a Ordem Terceira de São Luís, Bispo de Tolosa, que construiu ali o Convento, em 1692, e a Igreja, em 1696. Este complexo foi erigido no final da Rua Direita. Em 1719, tem-se a vinda dos carmelitas, que construíram o Convento de Nossa Senhora do Carmo na Rua Direita do Demídio Oriental, atual Barão do Itaim.

Uma das primeiras representações gráficas elaboradas para a vila de Itu é aquela realizada pelo Engenheiro Custódio de Sá Faria, em 1774. Nesta representação é possível reconhecer a localização dos edifícios necessários para garantir a autonomia local, como a Casa de Câmara e Cadeia; assim como a presença de ordens religiosas no cerne da sociedade em formação. Estas são representadas pelo Convento do Carmo, pela Igreja de Nossa Senhora da Candelária que passaria à condição de Matriz Nova, pela Igreja do Bom Jesus que passaria à condição de Antiga Matriz e pelo Convento de São Francisco (figura 2).

A capela de Nossa Senhora da Candelária juntamente com o Convento dos Franciscanos erigido em 1692 e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, construída em 1719, formaram um eixo inicial de estruturação da vila ao longo da Rua Direita. Esta rua possuía o seu lado ocidental e um lado oriental, chamado Demídio Oriental. Este eixo estava localizado no divisor de águas dos córregos do Taboão e do Brochado; conformando o “Centro Histórico” tombado pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) em 1974.

Tal organização espacial nos revela a existência de núcleos de povoamento com traçados regidos pela regularidade, que seguem um padrão morfológico de quadras retangulares alongadas com lotes estreitos. De acordo com Berthilde Moura Filha, cidades com este desenho surgiram em Portugal, na Baixa Idade Média, em áreas pouco povoadas ou politicamente instáveis para assim garantir a colonização e serem reestruturadas (MOURA FILHA, 2010, p. 81).

Logo, a adoção de um traçado urbano com tendência a regularidade e à racionalidade, assegurava uma maior rapidez na construção da vila, facilitava a distribuição de terras pelos colonos e permitia prever seu desenvolvimento posterior, fato que perpassou os séculos e regeu todo o desenho da vila de Itu.

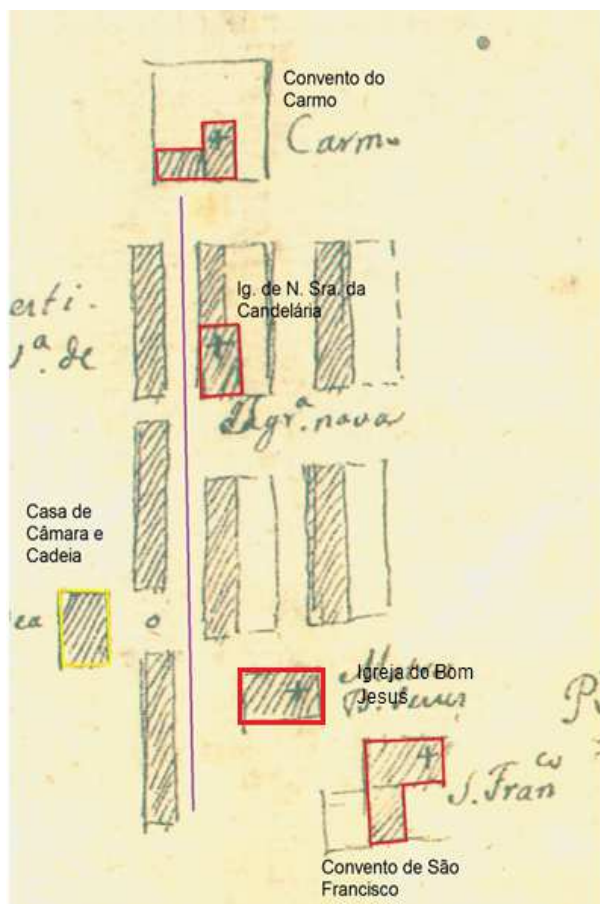


Figura 2: Formação do primeiro núcleo urbano da vila de Itu em 1770, representação gráfica do Eng. Custódio de Sá Faria, com as Igrejas e Conventos (em vermelho), Casa de Câmara e Cadeia (em amarelo) e Rua Direita (em roxo) por nós destacados. **Fonte:** Nestor Goulart Reis Filho. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. EDUSP/ Imprensa Oficial do Estado/ FAPESP. São Paulo, 2000. Pg. 208.

Sobre a construção de igrejas e conventos em Itu, Octavio Ianni observa que, a “religião talvez fosse uma técnica de poder ou de classificação social, além de uma forma de devoção”. Em 1701, existiam na cidade várias Confrarias e Irmandades: as de Nossa Senhora do Rosário, de Nossa Senhora do Pilar e de São Miguel das Almas estavam eretas na igreja matriz; a Ordem Terceira de São Francisco que se reunia na Igreja de São Luiz do Convento Franciscano; e a do Senhor Bom Jesus na igreja do seu orago. Um símbolo desta época, de sobriedade pobre e rústica, é a Igreja de Santa Rita, inaugurada em 1728, “expressão do ambiente urbano que se formava em Itu” (IANNI, 1988, p. 23).

2. A ÁREA URBANA DA VILA DE ITU NO CONTEXTO DA ECONOMIA AÇUCAREIRA

A formação do núcleo urbano da vila será impulsionada pela cultura açucareira, de forma que os senhores de engenho passaram a construir suas casas urbanas. Jam eles à cidade realizar suas atividades comerciais e, nos finais de semana, frequentar as festas e cerimônias religiosas. Como observa Otávio Ianni, numa cultura caipira, pertencer à Igreja e participar de suas atividades era símbolo de grande “status” social (IANNI, 1988, p. 10).

Durante cerca de um século, entre 1750 e 1850, a economia e a sociedade de Itu basearam-se nos negócios da cana e no comércio do açúcar.

Com a prosperidade econômica dada pela cultura açucareira houve crescimento demográfico de Itu, com importante aumento da escravaria e a expansão do núcleo urbano. Em 1769, havia na vila de Itu um total de 2.758 habitantes; e os escravos somavam 1.230 pessoas. Em 1773, a população total da vila alcançava 4.748 habitantes, dos quais 1.010 eram escravos. A população rural, vivendo nos sítios e fazendas, somava 10.740 habitantes, dos quais 3.538 eram escravos. Parte desta população estava ligada à produção açucareira, mas outra parte estava dispersa em sítios, cuidando de roças e criações, vivendo ainda uma economia de subsistência (PETRONE, 1968, p.50).

Segundo Maria Tereza Schorer Petrone, em 1776, Itu já possuía 25 engenhos. Nesta época, além da produção de açúcar, os seus moradores se dedicavam à criação de cavalos e de gado e à fabricação de panos de algodão (PETRONE, 1968, p. 42).

Em 1780, a atual Matriz de Itu, com devoção a Nossa Senhora da Candelária, foi inaugurada, ficando assim conhecida como “A Nova Matriz”. A capela com a mesma devoção, que havia originado a formação de Itu, foi transformada em igreja do Bom Jesus (NARDY, 2000, p. 70).

Depois de 1789, os engenhos expandiram-se com continuidade por toda a região, estimulados pelas condições favoráveis do comércio internacional e pelas medidas governamentais que tenderam a valorizar o porto de Santos. A lavoura canavieira tomou conta dos negócios da vila e da região.

Em 1796, data inicial de nosso estudo, a lavoura açucareira era, portanto, a atividade principal da vila de Itu. Segundo Petrone, esta lavoura “trazia maior otimismo” para a economia agrícola da região resultando na formação do Quadrilátero Açucareiro (composto por Piracicaba, antiga Constituição, Sorocaba, Mogi-Guaçu e Jundiáí). A riqueza do açúcar impulsiona o crescimento do núcleo urbano de Itu; em 1854 a vila apresentava 164 engenhos (PETRONE, 1968, p. 45).

Em 1797, Itu produzia 50 mil arrobas de açúcar. Em 1798, existiam em Itu 107 engenhos que produziam 64.809 arrobas. No ano seguinte, o número de engenhos elevou-se para 113, com uma produção de 73.506 arrobas de açúcar (PETRONE, 1968, p.121).

Para a análise da configuração urbana da vila de Itu entre o final do século XVIII e início do século XIX, recorreremos à uma fonte documental primária, os Maços de População, analisando as séries de 1796, 1807, 1818 e 1830.

De acordo com João Walter Toscano, neste período, remanescia em Itu a cultura açucareira como estruturadora da economia; esta irá sofrer o declínio só a partir de 1860, quando há um grande aumento da produção do algodão (TOSCANO, 1981, p. 31).

No recenseamento populacional para o ano de 1796 foram identificados um total de seis vias no núcleo central da vila que totalizavam 230 fogos e 766 habitantes, dos quais 259 eram escravos, ou seja 39%.

A primeira rua a ser citada na listagem dos Maços de População de 1796 é a **Rua Direita do Demídio Oriental**, atual Rua Barão de Itaim, na qual se encontravam apenas quatro fogos. Nesta rua moravam apenas quatro grandes famílias, somando 52 pessoas, das quais 29 eram escravos. Entre estas famílias, três chefes de família apresentavam patente militar de capitão, o Capitão Eufrázio de Arruda Boff, o Capitão Ignácio Luis Pinrado e o Capitão João Figueira da Costa.

A família do Capitão Eufrázio, com 46 anos de idade, juntamente com sua esposa, Anna Joaquina de Campos, com 32 anos, suas três filhas, Seledônia, Gertrudes e Maria e a agregada Dona Maria Frias da Silva, possuíam nesta residência urbana 18 escravos, revelando a riqueza desta família, que também pode ser observada pelo tamanho do lote sobre o qual se erguera a residência.

O Historiador Carlos Bacellar analisou os censos demográficos das cidades paulistas do século XVIII e início do século XIX e registrou que estes nos colocam claramente o quão grande era o poderio dos possuidores de escravos no Brasil Colonial. Sobre estas listas nominativas o autor afirma que:

... o único elemento disponível para estipular o status econômico dos reinóis é a posse de escravos. Em São Paulo, como em todo o Brasil, a terra era abundante e, portanto, pouco valorizada. Diferenciador era, isto sim, possuir escravos. Um único, em idade produtiva, já era sinal de riqueza acima da média da população. Afinal, a maioria dos homens livres mal conseguia ter este único escravo (BACELLAR, 2000, p.8).

Os habitantes da Rua Direita do Demídio Oriental, no início do século XX, eram as famílias de grandes fortunas formadas pelo fruto do complexo açucareiro; suas residências se revelam típicas do período, os grandes sobrados.

Em 1796, na **Rua Direita**, atual Paula Souza, nem todas as famílias possuíam escravos, como os moradores da Rua Direita do Demídio Oriental. Dos 21 fogos existentes na Rua Direita, apenas cinco não possuíam escravos; os fogos onde residiam José Frias (fogo 6), Francisco Xavier Soares e Tereza de Jesus (fogo 18), Rita Ferreira (fogo 19), Lázaro Reis (fogo 23) e Anna Joaquina (fogo 24).

Na Rua Direita também foram construídos grandes sobrados, como aquele que hoje abriga o Museu Almeida Júnior, construído em 1850 por Bento de Paes de Barros, revelando uma tipologia do complexo açucareiro, com seu telhado em duas águas, uma voltada para a via, a outra para o quintal; ausência do porão e simetria nas requintadas porta-balcões.

Nesta mesma via destaca-se a moradia do Sargento Miguel Vaz Pereira, com 45 anos, sua esposa Anna de Lima, com 34 anos, residentes no fogo número 5, juntamente com seus filhos Manoel Jozé e Jozé Manoel, o agregado José Vaz e mais dois escravos. A patente militar do patriarca revela certo *status* a família na sociedade em formação.

Ainda nesta mesma rua Direita, destaca-se a moradia de Dona Maria Franía (fogo 10), de 73 anos, com seus dois agregados Salvador da Cunha de 30 anos e Benedito de 8 anos e mais 12 escravos. Situação bastante interessante por ser incomum nesta época mulheres viúvas possuírem tão alto número de escravos.

No ano de 1817, de acordo com Francisco Nardy, a Câmara compra o sobrado de Pedro Meira, situado no largo da Matriz, na Rua Direita. No edifício passaria a funcionar a Câmara no pavimento superior e a Cadeia no pavimento térreo; com a Câmara realizando a sua primeira sessão nesse prédio em 30 de agosto de 1817 (NARDY: 2000, pg. 187).

A **Rua das Baratas**, atual Rua Floriano Peixoto, que se transformou na principal rua de comércio da cidade na atualidade, contava com 21 fogos e 135 moradores, em 1796. Nesta residia o Capitão Antônio Cardozo (fogo 41), com 45 anos, e seus cinco escravos.

Pode-se notar, nesta via uma média constante de dois escravos por residência, havendo sim casos distintos, como o de Ivanna Gibs (fogo 27) com 48 anos e sete escravos e, também casos de ausência total dos escravos, como as famílias de João Correa (fogo 26), Rita Francisca (fogo 28), Francisca Correa (fogo 29), Eufrazia de Jesus (fogo 31), José Leite (fogo 36), Maria Jozzefa (fogo 43), Maria Gomes (fogo 44), Eufrázia Ribeiro (fogo 45) e Izabel de Almeida (fogo 48).

Na Rua das Baratas, boa parte das residências construídas durante o período em análise era térrea, revelando que ali residia uma população menos abastada, com residências simples, com uma porta e duas ou três janelas, ou construções comerciais, com três portas.

Segundo Nardy, nesta época eram os edifícios religiosos que dominavam a paisagem, sendo que a maioria das vias era repleta de casas que seguiam o alinhamento da rua, eram baixas e coberta por argila branca, segundo depoimento de viajantes (NARDY, 2000, p. 114).

A cidade é estreita e muito alongada, compondo-se de algumas ruas paralelas, de pouca largura, mas bem alinhadas, que cortam outras ruas estreitas, em geral, e marginadas por muros e jardins. Nas ruas principais a frente da casa é calçada com largas pedras lisas e compactas; as demais não são calçadas, pelo que os transeuntes afundam os pés na areia do respectivo leito. As casas são pintadas de branco, e, em sua maioria, constituídas de taipa; algumas, que podem passar por belas, têm um andar além do rés do chão, o maior número delas, porém, é constituído [por construções pequenas, baixas e de muito má aparência (SAMARA, 2005, pg. 92, apud Auguste Saint-Hilaire, Viagem à Província de São Paulo e Resumo das Viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai, São Paulo, Martins/Edusp, p. 214).

Destaca-se ainda a presença de mulheres que ali viviam com nomes como Eufrázia de JESUS e Maria de JESUS, as quais não conseguimos referenciar e estabelecer ao certo a quais famílias pertenciam, pois, o sobrenome JESUS toma o lugar do nome de família, demonstrando a devoção católica de seus progenitores.

A **Rua de Santa Rita**, que ainda hoje apresenta o mesmo nome, é a maior rua deste núcleo central no ano de 1796, com 40 fogos e 218 habitantes, em que a presença de escravos ocorre numa minoria de casas, com destaque apenas para as famílias de Salvador Muniz (fogo 59) e Matias de Souza (fogo 64).

A família de João Salvador, de 66 anos, juntamente com Anna Muniz, de 35 anos, seus sete filhos José, Joaquim, Maximiano, Mariano, Dométida, Anna e Miguelina e os oito escravos de sua posse habitavam numa residência urbana no miolo do núcleo urbano em formação. Enquanto que a família de Matias de Souza, com 60 anos, e Anna Francisca, com 30 anos, seus quatro filhos José, Joaquim, Maria e Anna e seus oito escravos, totalizando 14 pessoas, habitavam todas no mesmo fogo; um número elevado de pessoas numa mesma moradia se considerarmos que estava no núcleo central.

A **Rua Santa Cruz**, que ainda hoje carrega o mesmo nome, apresentava-se como uma das maiores ruas do núcleo urbano contando com 36 fogos e 161 habitantes, onde a maioria das famílias não possuíam escravos. Nela apenas as famílias de Ignácio Pay (fogo 98), Izabel Francisca (fogo 105), Maria da Costa (fogo 107), Maria Antônia (fogo 108), Maurício José (fogo 118), José Leme de Almeida (fogo 121), Pedro Vaz de Bastos (fogo 126) e Manoel da Costa (fogo 108) possuíam algum escravo.

Vale destacar apenas duas famílias com número elevado de escravos na Rua Santa Cruz.

A família de Pedro Vaz de Bastos, com 65 anos, sua esposa Gertrudes, com 40 anos, com suas oito filhas Rita, Anna, Maria, Manuella, Gertrudes, Maria, Francisca e Maria (todas mulheres e na qual o nome Maria, em devoção a Virgem Santa da Igreja Católica, se repete três vezes) e mais nove escravos compondo uma residência com 19 pessoas. E, a família de Maria Antônia, de 68 anos, provavelmente viúva de um homem abastado, que vivia com sua neta Florinda de dois anos e possuía sete escravos em sua residência.

A **Rua das Pedras**, atual Rua Marechal Deodoro, contava apenas com 11 fogos e 43 habitantes. Nela destaca-se a ausência total de escravos e o elevado número de mulheres solteiras, sendo exceção apenas as famílias de Pedro Diaz (fogo 129), Aminoel Antônio

(fogo 130), Francisco de Arruda (fogo 132), Francisco Soares (fogo 134) e Tomé Leme (fogo 137). A maioria das mulheres solteiras que habitavam esta rua se encontrava numa faixa etária superior aos 45 anos e com filhos.

As ruas de Itu, recenseadas em 1796, puderam ser mapeadas com o auxílio dos documentos de tombamento de diversos edifícios históricos pelo CONDEPHAAT e foram por nós sobrepostas em um mapa base elaborado para o Plano Diretor de 2001. **Neste mesmo Plano Diretor, verificou-se um estudo de “mancha urbana” em que este núcleo era delimitado pelos conventos.** Dessa forma, visualizamos na malha urbana atual: as vias existentes já em 1796, a Igreja de Nossa Senhora da Candelária e os Conventos Franciscanos e do Carmo, procurando representar a morfologia urbana da vila. Vale destacar que, por ser uma base atual, não podemos considerar a estrutura fundiária no mapa atual como coincidente com aquela de 1796 (figura 3).

De acordo com o nosso mapeamento, em 1796, a vila contava com cerca de 30 quadras regulares, organizadas a partir de cinco ruas, a Rua Direita, com uma de suas partes denominada Rua Direita do Demídio Oriental, a Rua das Barataz, a Rua de Santa Rita, a Rua de Santa Cruz e a Rua das Pedras. Estas ruas eram cortadas por seis travessas. A vila contava, ainda, com a Igreja Matriz, um marco central, e os dois conventos na extremidade, o Convento de São Francisco e o Convento do Carmo. É interessante notar que, apenas as ruas longitudinais apresentam nomenclatura no censo de 1796, pois a divisão da quadra em lotes era feita com fachada voltada para estas vias. Assim, as travessas não possuíam fachada de lote, conseqüentemente, não configuravam endereço e não foram nomeadas no recenseamento.

A cidade de Itu possuía uma hierarquia entre ruas e travessas. A Rua Direita, atual Rua Paula Souza, uma das principais e mais antigas vias da cidade, era cortada por diversas travessas, dentre elas a que hoje se denomina Passeio Público Steiner. O sobrado construído em 1847, na esquina da Rua Direita e do atual Passeio Público Steiner, abrigava a Companhia Ituana de Força e Luz, possui sua parte frontal azulejada. O edifício abriga hoje o Museu da Energia.



Figura 3: Representação da malha urbana atual da cidade de Itu, com destaque para as ruas existentes em 1796. **FONTE:** Mapa Base do Plano Diretor de 2001, CONDEPHAAT e Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Em suas observações sobre a cidade de Itu, Saint-Hilaire registra também a existência das “casinhas” onde eram vendidos os gêneros alimentícios, como em São Paulo, elas davam para as ruas transversais e pertenciam à cidade que delas auferia rendas com a locação das mesmas (IANNI: 1988, pg. 34).

O núcleo urbano de Itu, até 1796, delimitava-se entre a Rua Direita - e Rua Direita do Demídio Oriental - e o Córrego do Taboão. Comparando a representação gráfica elaborada pelo Engenheiro Custódio de Sá Faria em 1774 (Figura 2) e o mapeamento da vila de 1796 (Figura 3), percebemos que o núcleo urbano já contava com a Rua Direita em 1774 e cresceu, no final do século XVIII, em direção ao córrego do Taboão.

Entre 1796 e 1807, formaram-se três novas vias em direção oposta, na direção do Córrego do Brochado, 10 novas quadras são formadas totalizando o núcleo urbano em 1807 cerca de 40 quadras (figura 4).

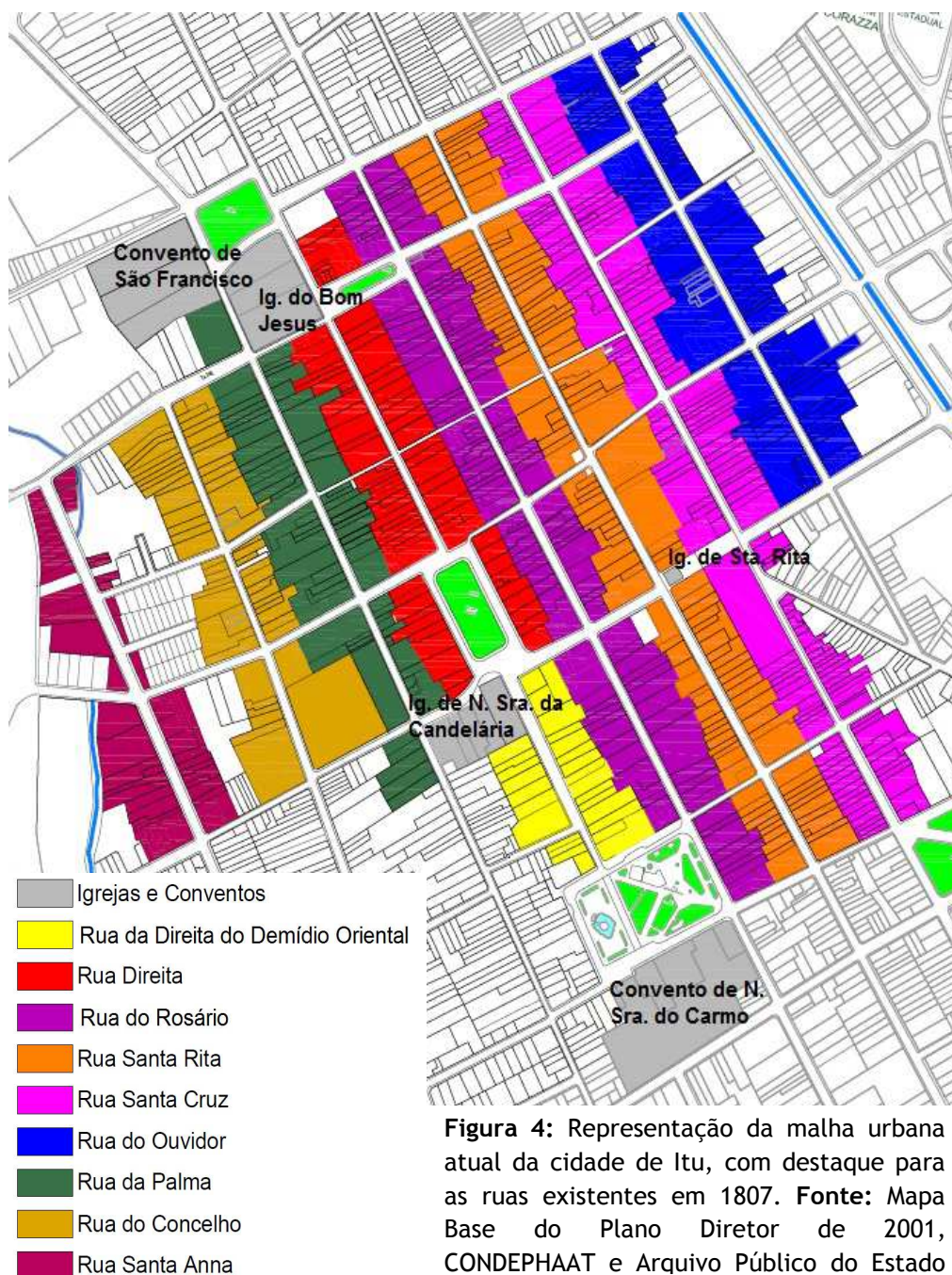


Figura 4: Representação da malha urbana atual da cidade de Itu, com destaque para as ruas existentes em 1807. **Fonte:** Mapa Base do Plano Diretor de 2001, CONDEPHAAT e Arquivo Público do Estado

Em 1800, o Padre Pacheco da Silva, foi responsável pela canalização de água de uma vertente próxima da cidade através de telhões de barro, assim como pela construção de dois chafarizes, em frente ao Convento de Nossa Senhora do Carmo e em frente a Igreja de Nossa Senhora da Candelária, para abastecimento da população (NARDY, 2000, p. 61).

Saint-Hilaire, em sua viagem ao Brasil entre os anos de 1816 e 1822, também chama atenção para a cana de açúcar em Itu, registrou que ali se produzia uma pequena quantidade de café, algodão, chá, óleo de rícino, certa quantidade de trigo e feijão, mas era a cultura de açúcar que constituía a riqueza do local (PETRONE, 1968, p.121).

Segundo Octavio Ianni, Saint-Hilaire observou que:

A câmara municipal de Itu está instalada num edifício construído num dos ângulos da praça em que se encontra também a igreja paroquial. Este edifício de um andar, em nada difere de uma construção comum. A cadeia, como é de uso no piso, ocupa o rés do chão desse edifício. (Saint-Hilaire, apud IANNI: 1988, pg. 36)

Os dados presentes no recenseamento demográfico de 1807 assinalam, além dos nomes dos moradores e idade, a profissão destes, o que nos ajuda a relacionar e a analisar a dinâmica econômica da sociedade. Assim como a presença das pequenas lavouras citadas por Saint-Hilaire, há nuances vocacionais. É quando Itu irá apresentar produção de algodão.

A primeira nova via surgiu ao lado da Rua Direita, a **Rua da Palma**, atual Rua dos Andradas, em 1807 apresentava população de 185 habitantes abastados, de forma que de seus 27 fogos apenas nove não possuem escravos. São fogos de Gabriel Castro (fogo 16), Elias de Monte Carmelo (fogo 19), José de Souza (fogo 20), Maria Antônia (fogo 22), Joam Joaquim (fogo 30), Cândido José (fogo 36), Manuel Joaquim (fogo 38) e Rosa de Lima Guinre (fogo 40). (Figura 4)

Merece destaque a família do Capitão Ignácio Leite e sua esposa Dona Maria, habitantes desta rua, e que possuíam três filhos Ignácio, Maria e Anna e oito escravos que trabalhavam externamente, numa espécie de aluguel, para sustento da família.

Ainda encontramos nesta rua a família do Capitão Pedro Ortiz de Camargo, senhor de engenho com 48 anos, sua esposa Dona Anna Joaquina, com 43 anos, seus seis filhos Tenente Pedro Alexandrino, João Pedro, Anna Maria, Tereza e Olinda, juntamente com

mais dois agregados, Francisco e Rita e mais 20 escravos. A família carrega duas patentes militares, além de apresentar o segundo filho, João Pedro, com a profissão de escrevente, demonstrando a importância desta família para a sociedade ituana no ano de 1807.

Apresenta-se ainda nesta Rua da Palma mais duas famílias com patente militar. A primeira é a família do Capitão Luis Antonio e Dona Constantina Maria de Arruda, com seus três filhos Feliz, Rita e Maria e mais três escravos. A segunda, é a família do Tenente José Fernandes, de 39 anos, com sua esposa Branca Luiza, de 26 anos, seus seis filhos Luís, José, Feliciano, Joam, Manoel e Maria e mais 11 escravos.

A **Rua do Concelho**, atual Rua do Patrocínio, apresentava 88 habitantes em 15 fogos, sendo que apenas cinco famílias possuíam escravos, porém uma delas encontrava-se ilegível no recenseamento.

Na Rua do Concelho, o fogo 54 da rua era habitado pela família de Joam Manoel de Payo, de 60 anos, sua esposa Anna Bicudo, de 50 anos, seus quatro filhos Domingos, Anna, Maria e Francisca e mais seis escravos.

O fogo de número 55, onde vivia Maria Francisca de 21 anos com seis escravos apresenta a interessante descrição quanto à profissão “vive de fiação”, demonstrando a possibilidade de existir nesta casa uma pequena tecelagem onde, possivelmente, peças de vestuário eram feitas e vendidas, sob a liderança de uma jovem moça.

A família de Miguel de Arruda, de 70 anos, e sua esposa Isabel de 60 anos possuía dois escravos que prestavam serviços externos, num sistema similar ao aluguel, para assim gerar renda à família. Destaca-se no recenseamento de 1807 a citação “vive da jornada de seus escravos” no enquadramento que nos mostra a geração de renda de cada família.

Destaque ainda para a família de José Antunes de Matos, de 58 anos, com sua esposa Thereza Maria, de 54 anos, seus três filhos José Marianno, Manoel e Anna, com cinco agregados que são mulatos, mas não são escravos (oposto do que ocorre nos demais) Gertrudes, Maria, Jacinta, Maria Garcia e Izabel Maria e mais duas escravas, Maria e Catharina, que realmente são negras.

De acordo com Samara, a exploração da mulher negra ou mestiça pode ser constatada pelo grande número de filhos ilegítimos nas famílias, muitas vezes com a cor de pele diferente da dos pais. Segundo a mesma, a composição da família contava com dois núcleos, um legalizado e outro não.

Analisando a composição da família patriarcal, mostra que ela comportava uma estrutura dupla: “um núcleo central legalizado composto pelo casal branco e seu filhos legítimos” e uma camada periférica não bem delineada e complexa. Desse último grupo faziam parte parentes próximos ou distantes, agregados e escravos. Incluímos também nesse círculo os moradores, os parceiros, os sitiantes e os pequenos proprietários que, por laços de sangue ou vizinhança, mantinham relações de dependência ou de trabalho com o grande proprietário (SAMARA, 2005, pg. 145, apud Antonio Candido, *The Brazilian Family*, p.44).

A **Rua de Santa Ana**, atual Rua Santana, que beira o córrego do Brochado, apresentava, em 1807, 75 habitantes em seus 20 fogos. A escassez de escravos demonstra o baixo poder aquisitivo destes moradores, de forma que ao longo de toda a via, apenas as famílias de José Mendes (fogo 63), Joana de Almeida (fogo 64) e Escolástica Ferraz (fogo 68) possuíam escravos, e poucos.

A família de José Mendes, com 47 anos, e sua esposa Gertrudes Maria, com 48 anos, possuía dois escravos. Assim como a viúva Joana de Almeida que, com seus 80 anos possuía duas escravas para auxiliá-la na sua costura, de acordo com as profissões apresentadas pelo recenseamento.

O serviço de costureira, de acordo com o recenseamento levantado para esta via em 1807, era muito comum entre as inúmeras moradias em que residiam as mulheres solteiras. Como é o caso de Anna Maria Corrêa (fogo 59), Joanna de Almeida (fogo 64), Anna Maria (fogo 65), Escolástica Ferraz (fogo 68), Maria da Candelária (fogo 69), Francisca Antônia da Silva (fogo 70), Elena Dias (fogo 74), Maria Ribeiro (fogo 75), Belianna Maria (fogo 76) e Gertrudes Maria (fogo 77).

Além de Joana de Almeida, conforme já comentado, a costureira Escolástica Ferraz de 48 anos que vivia com a agregada Maria Ferraz também possuía duas escravas para auxiliar em seus serviços.

De acordo com Samara, no Brasil Colônia, as mulheres não apenas geriam a economia doméstica, mas também auxiliavam na vida econômica da vila. Muitas delas eram herdeiras, ou por viuvez ou por ausência dos maridos e trabalhavam para o sustento da casa, especialmente no caso de camada mais humildes. Entre as principais atividades femininas para o período estão a fiação e a tecelagem (SAMARA, 2005, p.42-45).

Ainda de acordo com os recenseamentos, os Maços de População dos anos de 1796 e 1807, houve mudança de nomenclatura de duas vias. A antiga Rua das Pedras (atual Marechal Deodoro) passou a se chamar Rua do Ouvidor e a antiga Rua das Baratas (atual Floriano Peixoto) passou a se chamar Rua do Rozário. No nosso mapeamento elaborado para o ano de 1807, segue a legenda já com a nova nomenclatura. (Figura 4)

O Gráfico 1 foi produzido de acordo com a quantidade de habitantes e o número de escravos em cada uma das vias no ano de 1807, o que possibilita a visualização das vias mais populosas (Rua Santa Rita e Rua Santa Cruz) e com maior número de escravos (Rua da Palma), assim como a rua menos populosa (Rua Direita do Demídio Oriental) e aquela com menor quantidade de escravos (Rua de Santa Anna).

No começo do século XIX, no Brasil Colônia, a proximidade do núcleo urbano com um córrego era muito comum, principalmente, porque na ausência de uma rede de distribuição de água e canalização de esgoto, que nas cidades paulistas só seriam construídas a partir do final do século XIX, eram os rios que faziam a função de abastecimento de água e dispensa dos dejetos. Assim um dos córregos que cortavam a vila de Itu, o Córrego do Taboão, era de onde os escravos retiravam água para abastecimento dos fogos; e o outro, o Córrego do Brochado, era onde dispensavam as latrinas com dejetos dos proprietários.

O Gráfico 2 demonstra a ocupação da população que vivia no núcleo urbano central da vila em 1807. É perceptível o já citado por Ruy Moreira, isto é, que as atividades de produção urbana são de grande dependência rural e, muitas vezes, realizada pelos próprios membros da família. Assim, destacam-se as atividades ligadas a produção do campo, como é o caso das citações “Vive de sua fazenda”, “vive dos frutos de sua terra” e “planta do que vive” (MOREIRA: 2012, pg. 39).

Em números bem próximos quantificam-se, para 1807: os profissionais liberais, como é o caso dos oficiais que prestavam serviços, seja de carpinteiro, sapateiro, ferreiro, cargueiro, seleiro, oleiro, padeiro cadeireiro, leiteiro, escrivão, tabelião e contador, atividades estas características da sociedade urbana; os que vivem de atividades de seleiro e ferreiro que estavam diretamente ligados ao meio de transporte do século XIX, o cavalo e a mula; os assalariados, como é o caso dos que “vivem de seu trabalho” e “vive de fazer as coisas”; e os comerciantes e negociantes, como é o caso das citações “vive da jornada de seus escravos”, “vive de venda” e “vive do contrato de terras que negociou”.

Porém, o maior destaque ocupacional no recenseamento de 1807 é para as atividades ligadas ao algodão, como é o caso de “alfaiate”, “vive de costuras”, “vive de fiar algodão” e “vive de fazer rendas”. Tal atividade já se manifestava na ocupação rural, porém no núcleo urbano, aparece aqui com muita expressividade, cerca de 38% dos fogos.

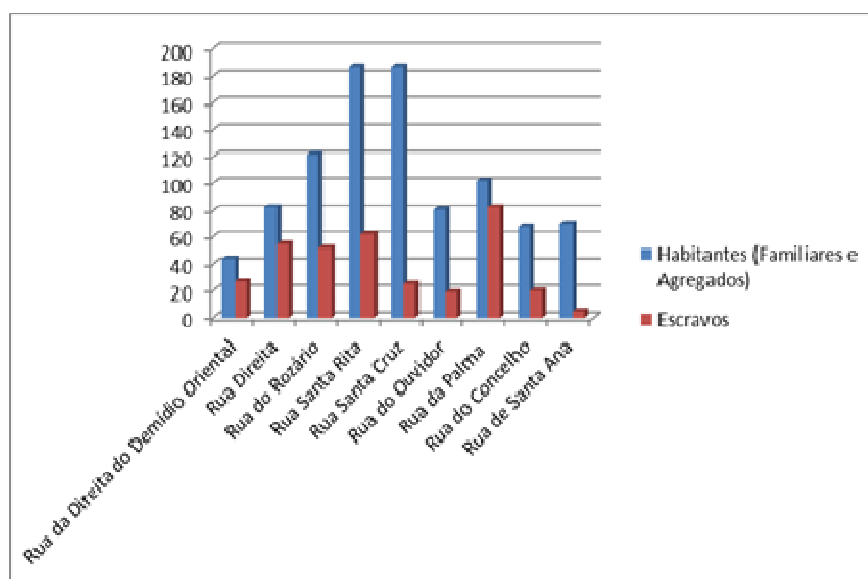


Gráfico 1: Quantidade de Habitantes e seus Escravos listados no recenseamento de 1807. Fonte: Maços de População de Itu de 1807.

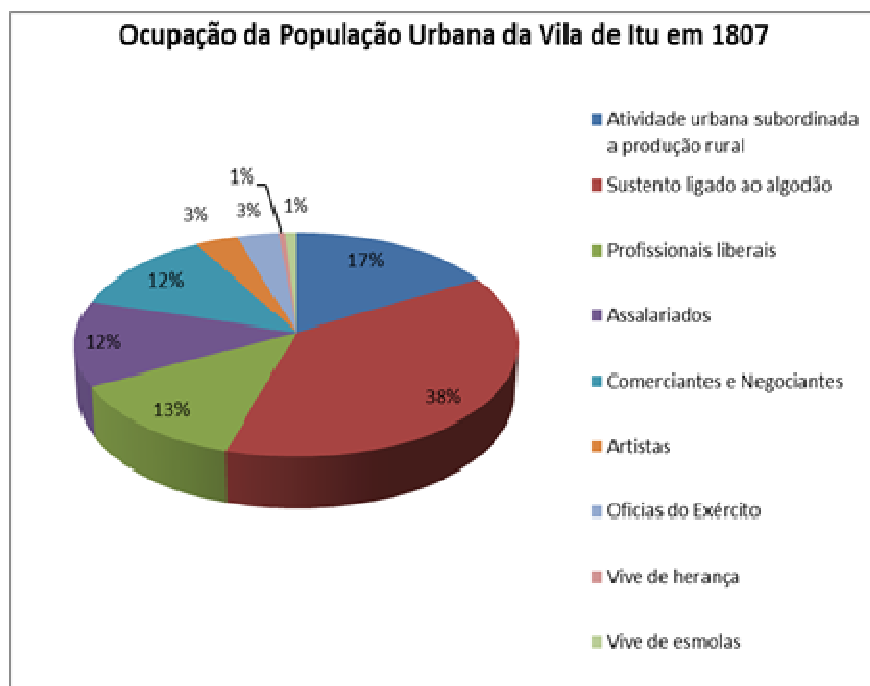


Gráfico 2: Ocupação da População no núcleo urbano da vila de Itu listados no recenseamento de 1807. **Fonte:** Maços de População, 1807

A vocação algodoeira da região se expande de tal forma que é possível verificar no mapeamento do Engenheiro Chefe João Pedro Cardoso para o ano de 1910, produzido pela “Comission Géographique et Géologique de São Paulo”, uma grande mancha algodoeira na região da vila de Itu em meio a uma tradicional cultura cafeeira.

Os artistas, os oficiais de exército, os que vivem de herança e os que vivem de esmolas aparecem em menor número na vila de Itu, em 1807.

No recenseamento de 1818, são citadas apenas duas vias no núcleo central, a Rua do Ouvidor e a Rua da Palma.

A **Rua do Ouvidor** cresce em dez fogos, entre 1796 e 1807, recebendo mais cinco fogos até o ano de 1818, mantendo crescente também o número de escravos a cada ano. Assim, enquanto em 1796 tem-se a ausência total de proprietários de escravos na via, no ano de

1807, tem-se 63 escravos residindo ali e no ano de 1818, 100 escravos, demonstrando que, apesar da contenção urbana houve o enriquecimento de algumas famílias.

Já a Rua da Palma, cresce exorbitantemente de 1807 a 1818, na primeira data possui 27 fogos enquanto que, na segunda, apresentava-se com 96 fogos. A família do Capitão Pedro Ortiz de Camargo, já citada anteriormente, aparece residindo na via nas duas datas, aumentando de uma data para outra de 20 para 30 sua quantidade total de escravos e mantendo sua ocupação como Senhor de Engenho, que “planta cana para produção de açúcar e aguardente e outros mantimentos para seu sustento”.

A prosperidade da vila de Itu era notável também pelas novas construções que vieram se abrigar na vila, como é o caso da Igreja da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, em 1802. No ano de 1806 foi inaugurada a Capela e Hospital de Nossa Senhora do Horto. Em 1820 inaugurou-se a Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio e foi construída a Igreja do Bom Conselho. Em 1824 foi inaugurada a Igreja de Nossa Senhora das Mercês. Em 1828 concluiu-se a reforma da Igreja do Bom Jesus. Ao mesmo tempo construíram-se residências senhoriais na vila; casarões artísticos e aristocráticos dos senhores de terras, de canaviais e de engenhos (IANNI: 1988, pg. 31).

Em 1826, a Câmara determinou que os moradores das ruas Direita e da Palma fizessem a calçada de suas portas “em dez palmos de comprimento sob pena de multa de 6\$000” (NARDY, 2000, p.214).

Para o ano de 1830, nossa última data em análise, o Maço de População não é organizado por vias, porém é importante destacar aqui a presença de edifícios institucionais, como o Convento de São Luís (abrigando 12 seminaristas), o Convento de Nossa Senhora do Carmo (abrigando 38 freiras), o Seminário de Nossa Senhora do Bom Conselho (abrigando 26 seminaristas) e o Hospital dos Lázaros (com 14 internos).

É também neste ano que começam a aparecer algumas profissões diversas daquelas voltadas à atividade rural, típicas de um centro urbano, como é o caso do boticário (ou farmacêutico), do advogado, do médico e do engenheiro.

No caso do boticário, em 1830, faz-se presente dois na vila: João e Maria Angélica (que viviam com dois agregados e seis escravos) e Luzia França (que contava com a ajuda de apenas um agregado).

O advogado Joaquim de Almeida Sales era único na vila e vivia com sua esposa Maria Amada, ambos com 75 anos, suas três filhas Maria, Francisca e Anna, com mais dois agregados e quatro escravos.

Único também era o médico Francisco Costa Camargo, de 46 anos, que vivia com sua esposa Maria Tereza de 27 anos, juntamente com seus quatro filhos Francisco, Manuel, Joaquim e Maria e mais 11 escravos. É interessante notar aqui a menção a esta ocupação como: “vive da arte da medicina”.

Quanto aos engenheiros, contam-se três engenheiros militares: Capitão José Aguirre de Camargo (vive com esposa Dona Maria, três filhos e mais 37 escravos), Sargento Joaquim Ferraz (vive com esposa Maria de Lourdes, oito filhos e 22 escravos) e Tenente José de Almeida (vive com Dona Antônia Payo, três filhos e 39 escravos).

No período entre 1750 e 1850 floresceu a economia açucareira em Itu. As igrejas se fizeram sólidas e imponentes. A aristocracia local perdeu a rusticidade dos tempos de carência e seminomadismo. Grandes latifundiários tais como os sargentos-mores Antônio Ferraz de Arruda e Antônio Pacheco - troncos dos Ferraz, Dias Pacheco, Pacheco da Silva e Fonseca Leite montaram seus engenhos em Itu e a vila se tornou um dos maiores centros produtores do açúcar na capitania.

Em 1803, o número de engenhos na vila era de 130, com uma produção aproximada de 80 mil arrobas. Em 1836, existiam 98 engenhos produzindo 91.965 arrobas de açúcar.¹ Em 1854, apesar do surto cafeeiro no oeste paulista, Itu continua como grande produtora de açúcar com 164 engenhos e uma produção de 159.070 arrobas de açúcar. (PETRONE: 1968, pg.121)

¹ Nesta época a maior produtora de açúcar era Campinas com 93 engenhos de açúcar produzindo 158.447 arrobas de açúcar. Mas, apesar deste protagonismo de Campinas, Itu fornecia cerca de 1/6 da produção total da província que era de 563.108 arrobas.

3. CONCLUSÃO

O estudo da morfologia urbana no tempo é fundamental para compreender o território como objeto físico produzido pelo homem.

A vitalidade socioeconômica das cidades é revelada nas transformações materiais implícitas na sua arquitetura e no desenho das suas ruas. Os núcleos urbanos no Brasil Colonial, formados historicamente a partir da doação de terras dos primeiros moradores para a formação do patrimônio religioso e construção de sua capela, elevados posteriormente à condição de freguesia, deram origem às vilas, como foi o caso da vila de Itu. O presente trabalho, através da análise do censo populacional, buscou entender a dinâmica social e econômica da vila de Itu, entre os anos de 1796 e 1830, período no qual a vila perde boa parte de seu termo para a formação da vila de Porto Feliz, mas mantém crescente a urbanidade central num contexto de apogeu da cultura do açúcar na região.

O núcleo urbano de Itu se inicia no eixo geológico mais elevado do território, ocupando o espigão entre duas bacias hidrográficas, marcado pela Rua Direita e sua continuação, a Rua Direita do Demídio Oriental. Esta configuração é marcada por um eixo estruturado entre os conventos de São Francisco e do Carmo. Sua expansão ocorre, primeiramente, no sentido do córrego do Taboão e em seguida na direção do córrego do Brochado.

No período entre 1750 e 1850 floresceu a economia açucareira em Itu. As igrejas se fizeram sólidas e imponentes. A aristocracia local perdeu a rusticidade dos tempos de carência e seminomadismo. Grandes latifundiários, tais como os sargentos-mores Antônio Ferraz de Arruda e Antônio Pacheco - troncos dos Ferraz, Dias Pacheco, Pacheco da Silva e Fonseca Leite, montaram seus engenhos em Itu e a vila se tornou um dos maiores centros produtores do açúcar na capitania.

Transformando-se numa vila próspera, populosa e rica em 1830, Itu tornou-se centro comercial e bancário das vilas vizinhas; importantes casas ali se estabeleceram, como a de Francisco Novais de Magalhães, que atendia aos lavradores de Itu e vilas vizinhas fornecendo-lhes os gêneros de que necessitavam e até dinheiro para o custeio de suas lavouras.

A prosperidade da vila de Itu também era notável também pelas novas construções que vieram se abrigar na vila, como é o caso da Igreja da Venerável Ordem Terceira de São Francisco em 1802. No ano de 1806 foi inaugurada a Capela e Hospital de Nossa Senhora do Horto. Em 1820 inaugurou-se a Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio e foi construída a Igreja do Bom Conselho. Em 1824 foi inaugurada a Igreja de Nossa Senhora das Mercês. Em 1828 concluiu-se a reforma da Igreja do Bom Jesus. Ao mesmo tempo construíram-se residências senhoriais na vila; casarões artísticos e aristocráticos dos senhores das terras, canaviais e engenhos; começaram a construir-se os sobrados, ou os casarões assobradados (IANNI, 1988, p. 31).

Em 1815 havia no distrito de Itu 3.836 pessoas livres e 3.201 escravos. Em 1838 eram 6.532 os livres e 4.714 os escravos. Em 1839, existiam 98 engenhos de açúcar no distrito de Itu, apenas. Segundo Octavio Ianni, estava instalada a sociedade escravocrata, baseada na exploração do trabalho escravo pelo senhor do engenho.

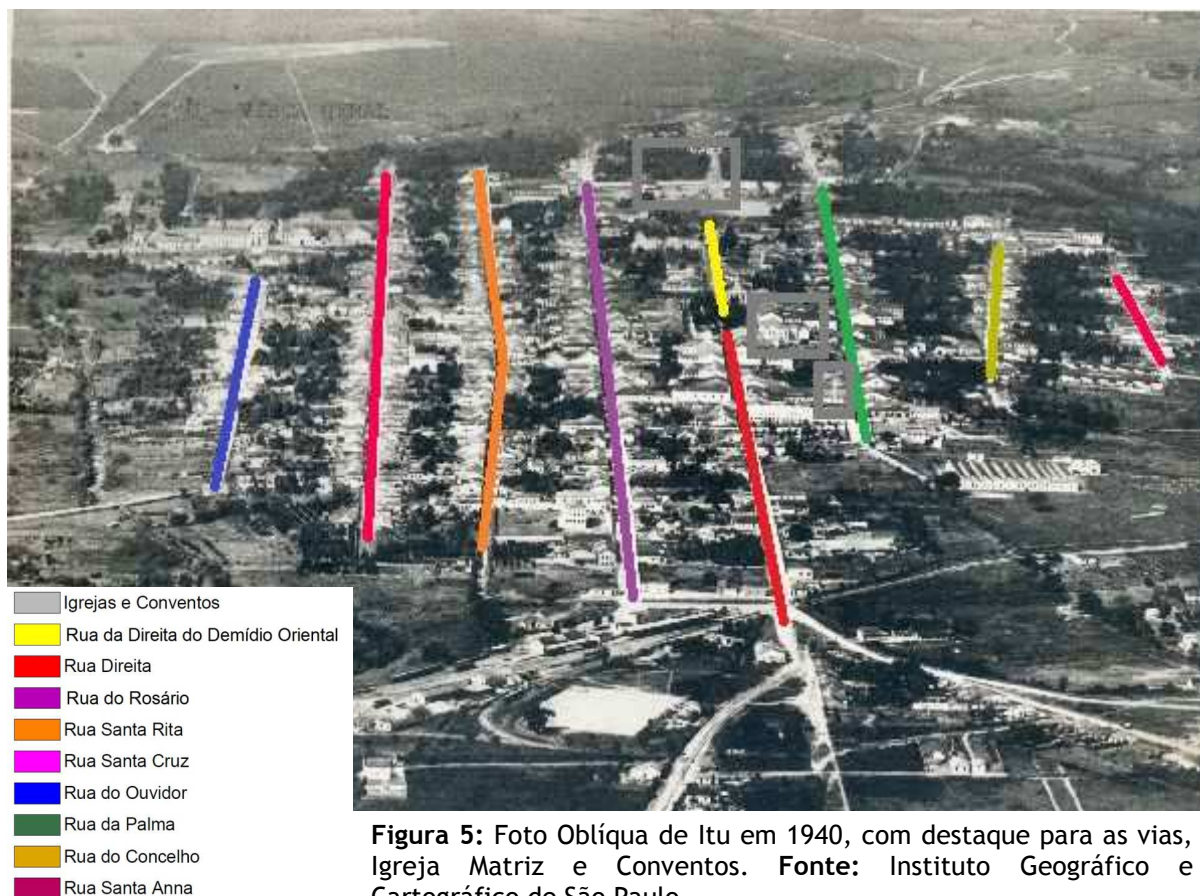


Figura 5: Foto Oblíqua de Itu em 1940, com destaque para as vias, Igreja Matriz e Conventos. **Fonte:** Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo.

A área ocupada, no início da formação do núcleo urbano de Itu, no sentido Noroeste-Sudeste, entre os conventos, permaneceu contida até 1870. A partir desta data, o núcleo urbano iria transpor a região dos conventos. No sentido Nordeste -Sudoeste, esta expansão se deu somente em 1954, no contexto do período industrial, quando a cidade irá crescer para além dos córregos Taboão e Brochado (figura 5).

Encontra-se hoje tombado pelo CONDEPHAAT, cerca de 50 casas neste antigo núcleo urbano da cidade que são referências do período açucareiro estudado, tipologia expressa nas residências que possuem telhado de duas águas, sendo uma voltada para a via e a outra para o quintal, assim como a ausência do porão. Muitas destas casas foram posteriormente reformadas ganhando platibanda no telhado. Este estudo procurou valorizar a dimensão urbana deste patrimônio cultural da vila de Itu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Maços de População de Itu (1796, 1807, 1818 e 1830)**. São Paulo.

BACELLAR, Carlos Almeida Prado. Os reinóis na população paulista às vésperas da Independência. *Oceanos*. Lisboa, v. 44, 2000, p. 22-36.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos Confins: Caminhos, Vilas e Cidades na Formação da Capitania de São Paulo (1532 - 1822). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, vol. 17 n° 2, 2009.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1964.

CORREA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

DERNTL, Maria Fernanda. **Método e Arte: Criação Urbana e Organização Territorial na Capitania de São Paulo, 1765-1811**. Tese de Doutorado da FAU-USP, São Paulo, 2010.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d`El Rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FUNDAÇÃO SEADE. **Tabelas, Quadros e Figurativos**. São Paulo: SEADE, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Monções**. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1945.

IANNI, Otávio. **Cidade Antiga**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1988.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO. **Mapas, Acervo e Arquivo**. São Paulo, 1838.

MARX, Murillo de Azevedo. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo & Editora Nobel, 1991.

MOREIRA, Ruy. **Formação Espacial Brasileira: Uma contribuição crítica a geografia do Brasil.** São Paulo: Ed. Consequência, 2012.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. **De Filipéia à Paraíba: uma cidade na estratégia de colonização do Brasil.** João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2010.

NARDY FILHO, Francisco. **A Cidade de Ytu.** Vs. 1 - 6, São Paulo: Ottoni & Cia, 2000.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE ITU. **Plano Diretor Participativo do Município da Estância Turística de Itu.** Itu: PETI, 2006.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. **Lavoura Canavieira em São Paulo.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **As Minas de Ouro e a Formação das Capitanias do Sul.** São Paulo: Ed. Via das Artes, 2013.

_____. **Imagens: Vilas e Cidades do Brasil Colonial.** São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Lavoura Canavieira, trabalho livre e cotidiano.** São Paulo, EDUSP, 2005.

SAMPAIO, Iara Fioravanti. **Formação da rede urbana e fundação de cidades na região de Itu.** Dissertação de Mestrado POSURB - PUC Campinas, Campinas, 2015.

TOSCANO, João Walter. **Centro Histórico: Estudos para preservação.** Dissertação de Mestrado FAU- USP, São Paulo, 1981.